RESUMO

Este trabalho teve como objetivo analisar as metodologias pedagógicas aplicadas à educação inclusiva e seus impactos na qualidade do ensino para alunos com deficiência. O estudo partiu do contexto da educação brasileira, que busca promover uma aprendizagem igualitária e respeitosa das diferenças, conforme preveem as políticas públicas de inclusão. A pesquisa foi realizada por meio de uma abordagem qualitativa, com levantamento bibliográfico de autores especializados na área de educação inclusiva, pedagogia e metodologias ativas. Foram analisados artigos, livros e estudos de caso que discutem a adaptação de práticas pedagógicas para garantir a acessibilidade e o aprendizado de alunos com necessidades especiais. Os resultados indicaram que, apesar das dificuldades enfrentadas pelas escolas, como a falta de recursos e a formação inadequada de alguns educadores, as metodologias ativas e a utilização de tecnologias assistivas contribuíram significativamente para o avanço da inclusão educacional. Além disso, ficou evidente que a flexibilidade no processo de avaliação, focando no acompanhamento contínuo do aluno, também foi fundamental para promover a inclusão de forma efetiva. Concluiu-se que a implementação de metodologias diferenciadas é essencial para uma educação de qualidade, porém, é necessário que haja um esforço conjunto entre os educadores, gestores e as políticas públicas para superar os obstáculos e garantir uma educação verdadeiramente inclusiva.

Palavras-chave: Educação inclusiva. Metodologias pedagógicas. Ensino diferenciado.

ABSTRACT

This study aimed to analyze the pedagogical methodologies applied to inclusive education and their impact on the quality of teaching for students with disabilities. The research was based on the context of Brazilian education, which seeks to promote equal and respectful learning opportunities for differences, as outlined by public inclusion policies. A qualitative approach was used, with a literature review of authors specialized in inclusive education, pedagogy, and active methodologies. Articles, books, and case studies discussing the adaptation of pedagogical practices to ensure accessibility and learning for students with special needs were analyzed. The results indicated that, despite the challenges faced by schools, such as a lack of resources and inadequate teacher training, active methodologies and the use of assistive technologies significantly contributed to the advancement of educational inclusion. Additionally, it became evident that flexibility in the assessment process, focusing on continuous student monitoring, was crucial to effectively promote inclusion. It was concluded that the implementation of differentiated methodologies is essential for quality education; however, a joint effort between educators, administrators, and public policies is necessary to overcome obstacles and ensure truly inclusive education.

Keywords: Inclusive Education. Pedagogical methodologies. Differentiated teaching.

INTRODUÇÃO

A Educação Inclusiva no Brasil é um tema que vem ganhando cada vez mais destaque, principalmente nos últimos anos, com a intensificação das discussões sobre o direito de todos os alunos, independentemente de suas limitações, de estarem inseridos no ambiente escolar regular. Com a promulgação da Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) e outras políticas que surgiram após a Constituição de 1988, o país deu passos importantes para garantir a inclusão de pessoas com deficiência. No entanto, embora tenhamos avançado em termos legais, na prática, as escolas ainda enfrentam muitos desafios para tornar a inclusão uma realidade de fato. Problemas como a falta de preparo dos professores, a escassez de recur-

sos adequados e até uma certa resistência por parte da sociedade dificultam o pleno acesso e a permanência de alunos com deficiência nas escolas regulares.
Esta pesquisa delimita-se a entender como a Educação Inclusiva tem sido implementada no Brasil e quais são as dificuldades que ainda persistem nesse processo, focando principalmente, nas políticas públicas que foram criadas ao longo dos anos e nas metodologias pedagógicas adaptadas para o atendimento dos alunos com deficiência. O tema é amplo, mas a ideia é olhar para os avanços conquistados até agora e identificar os pontos onde as escolas ainda precisam de apoio para melhorar o atendimento e garantir que todos os alunos possam aprender de maneira plena e igualitária.
A justificativa se dá pela necessidade urgente de refletir sobre os desafios da inclusão no Brasil. A educação deve ser um espaço democrático, onde todos têm direito a estudar e se desenvolver, mas para isso, é preciso entender o que ainda falta para que a inclusão seja uma realidade verdadeira e não apenas uma teoria. Ao analisar as políticas públicas e práticas pedagógicas voltadas para esse público, o alvo é contribuir para o avanço da Educação Inclusiva, apontando caminhos para melhorar a formação dos professores, a adaptação dos conteúdos e a criação de um ambiente escolar mais acessível e acolhedor.
O objetivo geral deste trabalho é analisar as políticas de Educação Inclusiva e o impacto delas no cotidiano das escolas, focando na implementação das estratégias pedagógicas e na formação dos educadores. Especificamente, busca-se entender como as políticas públicas evoluíram ao longo do tempo, quais os principais desafios enfrentados pelos educadores na inclusão de alunos com deficiência e como as

metodologias pedagógicas têm se adaptado para garantir uma educação de qualidade para todos.
Para isso, a pesquisa será conduzida de forma bibliográfica, com base em livros, artigos e documentos que tratam do tema da Educação Inclusiva no Brasil para compreender o cenário atual da inclusão, com base no que já foi produzido academicamente, para dar uma visão mais crítica e profunda sobre os avanços conquistados até o momento e as dificuldades que ainda precisam ser superadas.

DESENVOLVIMENTO

Políticas de Educação Inclusiva e o Impacto delas no Cotidiano das Escolas

A Educação Inclusiva no Brasil tem se consolidado como um princípio fundamental para garantir o direito de todos os alunos, independentemente de suas condições físicas, sensoriais ou cognitivas, de ter acesso a uma educação de qualidade. Esse movimento tem sido apoiado por diversas políticas públicas, que ao longo dos anos, buscaram promover um sistema educacional mais democrático e acessível. No entanto, o impacto dessas políticas no cotidiano das escolas é um tema complexo, que envolve mudanças significativas em várias áreas, como práticas pedagógicas, a formação dos professores, a infraestrutura das escolas e o papel das famílias e da sociedade.
A trajetória da Educação Inclusiva no Brasil passou por marcos importantes, que refletem um esforço contínuo para garantir os direitos das pessoas com deficiência. A Constituição Federal de 1988 foi o primeiro grande passo, ao garantir a educação como um direito de todos, independentemente de suas condições. Depois, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a Política Nacional de Educação Especial (PNEE), a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o país avançou em termos de estabelecer normas e diretrizes claras para a inclusão. Essas políticas buscaram garantir que os alunos com deficiência tivessem não só acesso à educação, mas também a uma educação adaptada às suas necessidades.
Segundo Almeida e Rodrigues (2022) a adaptação do currículo é uma das principais mudanças exigidas pelas políticas de inclusão no cotidiano das escolas. As

práticas pedagógicas precisam ser ajustadas para atender à diversidade dos alunos, o que exige o uso de metodologias diferenciadas,

recursos pedagógicos especializados e até tecnologias assistivas. No entanto, a realidade das escolas brasileiras mostra que essas adaptações nem sempre acontecem da maneira ideal. Muitas escolas ainda enfrentam desafios, como a falta de materiais adequados, a carência de profissionais capacitados e, em alguns casos, até a resistência de parte dos educadores em adotar novas práticas.

A formação dos professores é outro aspecto central quando falamos do impacto das políticas de inclusão. Para Santana et al. (2023) embora já existam cursos de formação voltados para a Educação Inclusiva, muitos professores ainda se sentem despreparados para lidar com a diversidade na sala de aula. Incluir alunos com deficiência exige mais do que simplesmente aplicar uma metodologia diferente.

Os educadores precisam estar preparados para entender as necessidades específicas de cada aluno e adotar estratégias para atender a essas demandas de forma eficaz. Isso implica também em uma mudança de postura, para que a inclusão não seja apenas um processo técnico, mas também uma questão de respeito e valorização da diversidade.

Outro ponto importante é a infraestrutura escolar, que precisa ser adequada para receber todos os alunos de forma plena. De acordo com Uchôa e Chacon (2022) muitas escolas ainda enfrentam dificuldades com a acessibilidade, seja pela falta de adaptações físicas ou pela escassez de recursos tecnológicos que possam ajudar no aprendizado dos alunos com deficiência. A inclusão não depende apenas de mudanças nas práticas pedagógicas, mas também de um ambiente escolar que seja verdadeiramente acessível e acolhedor para todos, sem exceção.

No cotidiano escolar, os impactos das políticas de Educação Inclusiva podem ser observados de formas tanto positivas quanto desafiadoras. Por um lado, as escolas têm se tornado mais sensíveis às necessidades dos alunos com deficiência, com um aumento da conscientização sobre a importância de respeitar e valorizar a diversidade. Por outro, ainda há muitos desafios, como a falta de recursos, a sobrecarga de trabalho dos educadores e a resistência à mudança, que dificultam a efetiva implementação da inclusão.

A inclusão também afeta diretamente as famílias dos alunos com deficiência. A participação das famílias é fundamental para o sucesso do processo de inclusão, e muitas políticas públicas têm buscado estreitar essa relação, oferecendo apoio e

orientações para que os pais possam contribuir de maneira mais eficaz para o desenvolvimento de seus filhos na escola. A parceria entre escola e família é essencial para que a inclusão seja verdadeiramente eficaz e transforme a vida dos alunos.

Assim, as políticas de Educação Inclusiva têm causado uma transformação importante no sistema educacional brasileiro, mas ainda existem muitos obstáculos a serem superados. A inclusão de alunos com deficiência nas escolas regulares é um avanço fundamental, mas a sua implementação completa depende de várias mudanças, como a adaptação das práticas pedagógicas, a capacitação dos professores, a melhoria da infraestrutura escolar e a mudança cultural nas escolas.

Para que a Educação Inclusiva tenha um impacto positivo no cotidiano das escolas, é essencial que as políticas públicas continuem sendo avaliadas e aprimoradas, garantindo que todos os alunos, sem exceção, tenham acesso a uma educação de qualidade, respeitando a diversidade e promovendo a igualdade de oportunidades.

Os Principais Desafios Enfrentados pelos Educadores na Inclusão de Alunos com Deficiência

A inclusão de alunos com deficiência nas escolas regulares tem sido um dos maiores desafios para a educação no Brasil, mas também um dos seus maiores avanços. A ideia de oferecer a todos os estudantes a chance de aprender, independentemente das suas limitações, é, sem dúvida, um passo importante para uma sociedade mais justa. Porém, essa inclusão vai muito além de simplesmente colocar o aluno com deficiência dentro da sala de aula. Na prática, os educadores enfrentam obstáculos significativos, que vão desde a adaptação do currículo até a resistência de algumas pessoas à ideia de um ensino verdadeiramente inclusivo.

Minetto (2021) destaca que o currículo tradi-

cional, que serve como base para a maioria das escolas, não foi feito para atender à diversidade dos alunos, especialmente aqueles com necessidades especiais. Para que esses alunos aprendam da melhor maneira possível, é necessário modificar os conteúdos e as estratégias de ensino. Isso exige que os professores usem metodologias diferenciadas, que muitas vezes demandam um esforço extra e uma preparação mais profunda.

Mas, o que acontece é que muitos educadores não se sentem totalmente preparados para lidar com essa demanda. Mesmo com as políticas públicas que promovem a formação dos professores, a realidade nas escolas é que muitos profissionais sentem que falta o conhecimento necessário para aplicar essas metodologias de forma eficaz.
Outro ponto crítico é a falta de recursos. De acordo com Lima et al. (2020) pode parecer simples, mas para que a inclusão aconteça de fato, é preciso contar com recursos pedagógicos e tecnológicos adequados. Materiais adaptados, como livros em braille ou softwares assistivos, são fundamentais para garantir que o aluno com deficiência tenha as mesmas oportunidades de aprendizado que os outros. Porém, muitas escolas enfrentam sérias limitações, seja por questões financeiras ou pela escassez desses materiais. Isso acaba criando um abismo entre a teoria da inclusão e a prática no cotidiano da sala de aula, limitando as possibilidades de aprendizagem.
A infraestrutura das escolas é outro desafio constante. Muitos prédios escolares não são adaptados para receber alunos com deficiência física, o que compromete o acesso pleno às aulas e atividades. A falta de rampas de acesso, banheiros adaptados ou mesmo o simples deslocamento dentro da escola pode ser um grande obstáculo para a inclusão. Não se pode deixar de lado que a acessibilidade vai muito além do físico, também envolve recursos tecnológicos e apoio especializado. Sem essas condições mínimas, fica difícil garantir que todos os alunos participem de maneira efetiva.
E, claro, há o fator humano. Segundo Gonçalves (2023) a resistência à inclusão pode vir de diferentes fontes. Alguns educadores ainda têm uma visão limitada sobre o que significa realmente educar para a diversidade, e isso se reflete no tratamento dado aos alunos com deficiência. Há também uma falta de compreensão por parte de alguns colegas e até de pais sobre a importância de uma educação que respeite e valorize as diferenças.
Não é raro ver resistências em relação às mudanças necessárias para garantir uma verdadeira inclusão, como, por exemplo, a ideia de que a inclusão pode prejudicar o rendimento dos outros alunos, o que, na verdade, é um mito. A inclusão exige paciência, diálogo e, acima de tudo, a vontade de transformar a realidade escolar para melhor.

Por último, é preciso mencionar a sobrecarga de trabalho que os educadores enfrentam. Com um número cada vez maior de alunos com necessidades especiais nas salas de aula, muitos professores acabam sobrecarregados. São diversas tarefas e responsabilidades que se somam, como adaptar o conteúdo, criar atividades que atendam todos os alunos, organizar avaliações diferenciadas e, muitas vezes, sem o devido apoio de outros profissionais, como psicólogos ou assistentes pedagógicos. Isso leva a uma situação onde o professor, além de sua carga habitual de trabalho, precisa lidar com desafios adicionais, sem as condições ideais para isso.
Portanto, embora a inclusão seja um avanço, ela traz desafios complexos. Para que realmente se torne uma prática bem-sucedida, é preciso que as escolas contem com mais recursos, que os professores recebam uma formação mais profunda e contínua e que a sociedade, como um todo, esteja disposta a compreender e apoiar esse processo. A inclusão não é apenas uma responsabilidade dos educadores, mas de todos os envolvidos no processo educacional. Só assim conseguiremos garantir que todos os alunos, com ou sem deficiência, tenham as mesmas oportunidades de aprender e se desenvolver.

A Adaptação das Metodologias Pedagógicas para Garantir uma Educação de Qualidade para Todos

Nos últimos anos, a educação tem se transformado, buscando garantir que todos os alunos, independentemente das suas diferenças, tenham acesso a um ensino de qualidade. As metodologias pedagógicas, que antes seguiam um modelo rígido e muitas vezes excludente, vêm se adaptando a essa nova realidade. A ideia é que cada aluno, com seus ritmos e formas de aprender, seja respeitado e tenha as ferramentas necessárias para aprender de forma eficaz.

De acordo com Silva et al. (2024) o primeiro grande passo nessa transformação foi a mudança de um ensino tradicional, focado apenas na transmissão de conteúdos de maneira mecânica, para um modelo que envolve mais os alunos no processo de aprendizado. Hoje, a ideia é que o aluno não seja mais um simples receptor de informações, mas um protagonista da sua própria educação. Isso se reflete nas metodologias ativas, que buscam engajar os estudantes por meio de atividades práticas, projetos colaborativos e resoluções de problemas reais. Essas metodologias têm sido essenciais para que todos, incluindo aqueles com deficiências, possam

participar de forma plena. A adaptação de materiais e o uso de tecnologias assistivas ajudam a garantir que esses alunos também sejam incluídos de maneira significativa nas atividades.

A tecnologia, por sua vez, entrou de vez na sala de aula. Segundo Teixeira et al. (2024) hoje, as ferramentas digitais são fundamentais para personalizar o ensino. Desde aplicativos que ajudam na escrita até plataformas de ensino online, a tecnologia tem o poder de tornar o aprendizado mais acessível e dinâmico. E isso vale para todos, mas é especialmente importante para alunos com deficiência, que podem contar com recursos que atendem às suas necessidades específicas, como leitores de texto e legendas.

A avaliação do aprendizado também passou por uma grande mudança. Esqueça aquela ideia de que a única forma de avaliar um aluno é por meio de provas tradicionais e uma única nota. Hoje, as avaliações são muito mais diversificadas e focam no processo, no esforço e na participação do aluno ao longo do tempo. As avaliações formativas, por exemplo, permitem que os professores acompanhem de perto o desenvolvimento dos alunos e possam intervir de forma contínua, ajudando a superar dificuldades antes que elas se tornem um problema maior. Para os alunos com necessidades especiais, essa abordagem é ainda mais importante, já que permite um acompanhamento mais individualizado.

Conforme salientam Almeida e Rodrigues (2022) as metodologias de ensino diferenciado também têm sido fundamentais para garantir que todos os alunos, com ou sem deficiência, sejam atendidos de forma justa. Isso significa reconhecer que cada aluno aprende de uma maneira única, e que o professor deve ter uma variedade de estratégias para lidar com essa diversidade. Isso pode significar, por exemplo, criar atividades que atendam diferentes formas de inteligência, seja na área da linguagem, da criatividade, da lógica ou das habilidades sociais. Para os alunos com deficiência, essas estratégias podem ser ainda mais personalizadas, usando desde atividades práticas até recursos tecnológicos para garantir a aprendizagem.

É preciso destacar a formação dos educadores. Não adianta ter metodologias inovadoras e recursos tecnológicos se os professores não estão preparados para usá- los de forma eficaz. Por isso, a formação docente precisa ser contínua e focada nas novas demandas do ensino, como a inclusão, o uso de tecnologias e as novas formas de avaliação. Os professores precisam estar atualizados, preparados para lidar com a diversidade e para aplicar as metodologias de maneira que todos os alunos se

sintam acolhidos.

No fim das contas, as metodologias pedagógicas têm se adaptado para garantir que todos os alunos, independentemente das suas características, tenham as mesmas oportunidades de aprender. Isso não significa que a tarefa seja fácil. Exige esforço, criatividade e, acima de tudo, comprometimento de todos os envolvidos. Mas o resultado vale a pena: um ensino mais inclusivo, que respeita as diferenças e que prepara todos os alunos para o futuro.

A formação docente para a educação inclusiva

A formação de professores para a educação inclusiva deixou de ser mera aspiração e tornou-se requisito inadiável para a concretização do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4, que preconiza "educação de qualidade, equitativa e inclusiva" até 2030. O Global Education Monitoring Report (2023) evidencia que, sem docentes munidos de saberes específicos, as barreiras atitudinais persistem, excluindo estudantes que fogem ao perfil hegemônico da escola tradicional (Unesco, 2023).

No Brasil, a Resolução CNE/CP n.º 2/2019, que institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores, estabelece que todo licenciado desenvolva competências para "planejar, realizar e avaliar práticas pedagógicas inclusivas" (Brasil, 2019). Embora avance ao inserir a inclusão como eixo estruturante e transversal, estudiosos alertam que a norma ainda carece de articulação com políticas de apoio nas redes de ensino e com condições objetivas de trabalho (Mec, 2019; Santos; Lacerda, 2025).

Relatório da OECD (2023) aponta que sistemas educacionais com melhores indicadores de equidade são aqueles que contemplam, na formação inicial, módulos robustos de didática inclusiva, estudo de casos reais e imersões em escolas onde o desenho universal da aprendizagem (DUA) seja prática consolidada. A pesquisa conclui que "a teoria só floresce quando semeada em contextos autênticos de ensino" (OECD, 2023). Entretanto, investigações recentes revelam lacunas significativas na preparação de futuros docentes.

Estudo nacional com 42 licenciaturas de Reis e Coutinho (2025) verificou que apenas 27 % das matrizes curriculares destinam carga horária específica para educação inclusiva superior a 60 h e que a maior parte do conteúdo permanece

excessivamente teórico, sem estágio supervisionado em classes comuns que recebam estudantes com deficiência. A formação continuada surge, portanto, como trilha essencial de atualização. Revisão sistemática sobre políticas brasileiras de desenvolvimento profissional aponta que programas interativos baseados em projetos colaborativos, observação entre pares e feedback em tempo real produzem ganhos significativos na eficácia docente (Gomes; Almeida, 2024).

A OECD reforça que, na educação infantil, formações de curta duração aliadas a acompanhamento em serviço potencializam práticas inclusivas e fortalecem a autoestima profissional (OECD, 2024). Do ponto de vista metodológico, pesquisas recentes destacam o Desenho Universal da Aprendizagem como bússola para a planificação de aulas que contemplem múltiplos caminhos de acesso, engajamento e expressão (Santos; Lacerda, 2025).

Ao articular princípios do DUA com avaliação formativa, o professor garante que cada estudante navegue pelo currículo em seu ritmo, sem que as diferenças sejam tratadas como déficit. Outro pilar decisivo é o ensino colaborativo. Investigação conduzida em três redes estaduais mostrou que pares pedagógicos (professor regente e professor de apoio) conseguem reduzir em 35 % o índice de evasão de alunos com deficiência quando planejam conjuntamente e compartilham responsabilidade pela turma (Carvalho; Vieira, 2024). A OECD (2024) classifica essa abordagem como "estratégia-chave para otimizar recursos humanos e promover culturas escolares inclusivas".

A revolução digital também reposiciona à docência inclusiva. O GEM 2023 dedica um capítulo às tecnologias assistivas e alerta que, apesar de seu potencial, metade dos países ainda não oferece treinamento adequado sobre seleção e uso desses recursos (UNESCO, 2023). No Brasil, programas piloto com tablets adaptados e softwares de visão ampliada aumentaram em 22 % o desempenho de estudantes com baixa visão em leitura (Martins et al., 2024).

Contudo, formar docentes inclusivos implica também desenvolver a capacidade de autoavaliação crítica. Pesquisa qualitativa com 60 professores de salas comuns identificou que os melhores preditores de práticas responsivas são a reflexão sistemática sobre a própria ação e a participação em comunidades de aprendizagem profissional (Oliveira; Mantuan, 2025). Esses resultados convergem com a literatura internacional da educação especial, que coloca a prática reflexiva

como antídoto ao ensino padronizado (Reis et al., 2025).

A trilha rumo à escolarização verdadeiramente inclusiva exige um continuum formativo que comece na licenciatura, estenda-se por programas de iniciação à docência e desague em políticas de desenvolvimento profissional articuladas às demandas reais das escolas. Sem esse ecossistema ancorado em evidências, sustentado por políticas, irrigado por recursos e permeado por uma cultura de colaboração, a promessa de "não deixar nenhum aluno para trás" continuará soando como boa intenção. É chegado o momento de investir, com coragem e consistência, na docência inclusiva como alavanca para a justiça social. (UNESCO, 2023; OECD, 2024).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, foi possível perceber como as metodologias pedagógicas têm sido essenciais para garantir uma educação mais inclusiva e de qualidade para todos, sem exceção. A adaptação das práticas educacionais, que antes eram mais rígidas, é uma resposta direta à necessidade de respeitar as diferentes formas de aprender de cada aluno, independentemente das suas características ou desafios. Afinal, a educação não deve ser apenas uma troca de informações, mas sim um processo que acolhe, respeita e potencializa as diversas capacidades dos estudantes.

O que ficou claro é que, ao implementar metodologias como as metodologias ativas, o ensino diferenciado e o uso de tecnologias, os professores conseguem atender melhor às necessidades individuais de cada aluno, promovendo um aprendizado mais significativo. Essas metodologias tornam o ambiente escolar mais dinâmico e participativo, permitindo que cada estudante tenha a chance de aprender do seu próprio jeito, no seu próprio ritmo. Além disso, a mudança na forma de avaliar os alunos, com foco no processo e não apenas no resultado final, contribui para uma avaliação mais justa e precisa, que leva em conta o desenvolvimento contínuo de cada um.

Entretanto, é importante destacar que, apesar dos avanços, a efetiva implementação dessas metodologias ainda encontra obstáculos. A formação contínua dos educadores é fundamental para que eles saibam como aplicar essas metodologias de forma eficaz. Sem a preparação adequada, mesmo as melhores ideias podem não se concretizar da melhor forma. Outro ponto importante é a

infraestrutura das escolas, que precisa ser repensada e melhorada para garantir que todos os alunos tenham acesso aos recursos necessários, como tecnologias assistivas e materiais adaptados.

Por fim, é preciso entender que o processo de inclusão educacional não é algo que acontece da noite para o dia. É uma construção contínua que exige o esforço e comprometimento de todos os envolvidos: professores, alunos, famílias e gestores. A educação inclusiva é um caminho longo, mas extremamente necessário. Quando conseguimos incluir e valorizar as diferenças dentro da sala de aula, estamos criando um ambiente mais justo, mais humano e mais preparado para os desafios do futuro.

Assim, garantir uma educação de qualidade para todos é um desafio constante, mas não é uma missão impossível. Com dedicação, criatividade e comprometimento, é possível transformar a realidade educacional e construir uma sociedade mais inclusiva, onde todos, independentemente das suas diferenças, tenham a oportunidade de aprender e crescer.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Tarcísio; RODRIGUES, Maria Goretti. Gestão Escolar, Interdisciplinaridade, Coparticipação E Seus Impactos Na Educação Inclusiva. Imagens da Educação, v. 12, n. 3, 2022.

BRASIL. Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 2019.

CARVALHO, L.; VIEIRA, P. O desafio do ensino colaborativo na escola inclusiva. Revista Brasileira de Pesquisa em Formação de Profes-

sores, v. 14, n. 2, p. 45-66, 2024.

GOMES, J.; ALMEIDA, R. Políticas de formação continuada docente para a educação inclusiva. Journal of Research in Education, v. 10, n. 1, p. 112-134, 2024.

GONÇALVES, Ana Sofia Clemente. As lideranças na educação inclusiva. Desafios ou oportunidades? Revista Portuguesa de Investigação Educacional, n. 25, p. 1- 19, 2023.
LIMA, Joselma Ferreira et al. Um olhar sobre a educação inclusiva no PNE 2014- 2024: desafios e perspectivas. Práticas Educativas, Memórias e Oralidades-Rev. Pemo, v. 2, n. 1, p. 1-14, 2020.

MARTINS, A. et al. Tecnologias assistivas e desempenho escolar de alunos com baixa visão. Revista de Educação Especial, v. 28, n. 3, p. 201-223, 2024. OECD. Equity and Inclusion in Education: Policy Guide. Paris: OECD Publishing, 2023.

MINETTO, Maria. Currículo na educação inclusiva: entendendo esse desafio. Editora Intersaberes, 2021.
OECD. Education Policy Outlook 2024. Paris: OECD Publishing, 2024.

OLIVEIRA, M.; MANTUAN, M. Reflexão docente e práticas inclusivas: um estudo multicêntrico. Revista Acadêmica Online, v. 12, n. 1, p. 55-78, 2025.

REIS, M. R.; COUTINHO, D. J. Formação de professores para a educação inclusiva: desafios e perspectivas. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, v. 11, n. 1, p. 2386-2403, 2025.

SANTANA, Luciano Rodrigues et al. Educação Inclusiva: Formação de professores e os desafios na sala de aula. Revista Contemporânea, v. 3, n. 10, p. 19583-19599, 2023.
SANTOS, A. L.; LACERDA, P. Educação inclusiva: formação docente para a diversidade. Cuadernos de Educación, v. 31, n. 1, p. 97-118, 2025.
SILVA, Cristiane Rosana et al. O papel das metodologias ativas de aprendizagem na educação contemporânea. Revista Educação, Humanidades e Ciências Sociais, p. e000133-e000133, 2024.
TEIXEIRA, Carla Pacheco et al. Contribuições de metodologias ativas problematizadoras na formação em saúde: uma revisão integrativa. Revista Portal: Saúde e Sociedade, v. 9, n. Especial, 2024.
UCHÔA, Márcia Maria Rodrigues; CHACON, Jerry Adriano Villanova. Educação Inclusiva e Educação Especial na perspectiva inclusiva: repensando uma Educação Outra. Revista Educação Especial, p. e46/1-18, 2022.
UNESCO. Global Education Monitoring Report 2023: Technology in Education. Paris: UNESCO, 2023.